



# Educação Infantil: Comprometimento com a Formação Global da Criança

Isabelle Cerqueira Sousa  
(Organizadora)



# Educação Infantil: Comprometimento com a Formação Global da Criança

Isabelle Cerqueira Sousa  
(Organizadora)

### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Educação infantil: comprometimento com a formação global da criança

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Isabelle Cerqueira Sousa

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação infantil [recurso eletrônico] : comprometimento com a formação global da criança / Organizadora Isabelle Cerqueira Sousa. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia.  
ISBN 978-65-5706-435-1  
DOI 10.22533/at.ed.351200110

1. Educação infantil. 2. Professores de educação infantil – Formação. 3. Crianças - Desenvolvimento. I.Sousa, Isabelle Cerqueira.

CDD 370.71

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A Educação infantil é a primeira etapa da educação básica, portanto um período fundamental para a formação global das crianças, é nesse período que são transmitidos valores, regras, atitudes, comportamentos e aprendizados essenciais que serão a base da evolução de cada indivíduo e serão utilizados por toda a vida.

O contexto da Educação Infantil enquanto sistema organizado de ensino, tem suas bases históricas fundamentadas em diferentes abordagens ou funções sociais, essa obra vem trazer estudos que apresentam a evolução da concepção de infância no Brasil e seu reflexo nas políticas públicas educacionais, conjuntamente com a trajetória escolar e identidade do docente da educação infantil, seus caminhos e descaminhos.

Será contextualizada também a história da leitura no Brasil, através de uma reflexão sobre a literatura para crianças na educação infantil, e como essa literatura pode ser uma ferramenta valiosa para as crianças que estão em tratamento no ambiente hospitalar.

Ao se falar de crianças, não se poderia deixar de comentar sobre as dificuldades alimentares, portanto também será apresentado um capítulo que vem refletir sobre as práticas alimentares dos bebês na creche e um capítulo que traz uma discussão de como a escola e o professor estão enfrentando a problemática da obesidade infantil.

No percorrer dessa obra o leitor terá oportunidade de desfrutar sobre os temas: - Meandros da educação física na educação infantil, voltando-se para a utilização do lúdico como pilar do aprendizado; - Danças, arte e corporalidade na educação infantil; - Educação visual e infância: um estudo dos desenhos; - Transtorno de Deficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no contexto escolar e Assédio moral: realidade e desafios no trabalho docente na educação infantil.

Diante de tamanha relevância do tema, a Atena Editora presenteia os leitores com essa obra, que intenciona a divulgação de reflexões, estudos, discussões e pesquisas referentes ao tema da educação infantil.

Isabelle Cerqueira Sousa

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

EVOLUÇÃO DA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA NO BRASIL E SEU REFLEXO NAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Ana Claudia Tenor

**DOI 10.22533/at.ed.3512001101**

### **CAPÍTULO 2..... 9**

INFÂNCIA, TRAJETÓRIA ESCOLAR E IDENTIDADE PROFISSIONAL: UM ESTUDO DE  
NATUREZA NARRATIVA

Dirlene Graciano

Noemi Boer

**DOI 10.22533/at.ed.3512001102**

### **CAPÍTULO 3..... 22**

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: OS PESQUISADORES EM  
SEUS CAMINHOS E DESCAMINHOS

Cláudia Vianna de Melo

Erica Cristian Reis dos Santos

Flávia Maria de Menezes

**DOI 10.22533/at.ed.3512001103**

### **CAPÍTULO 4..... 28**

A LEITURA NO BRASIL - UMA REFLEXÃO SOBRE A LITERATURA PARA CRIANÇAS NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL

Eliane Ferreira Rocha Alencar

Kellen Solange Fruhauf Stinghen

Luciene Toffoli de Oliveira

Rosangela Ludwig Capatto

**DOI 10.22533/at.ed.3512001104**

### **CAPÍTULO 5..... 40**

UMA PROPOSTA DE TRABALHO COM LITERATURA INFANTIL PARA CRIANÇAS  
HOSPITALIZADAS

Ana Claudia Tenor

**DOI 10.22533/at.ed.3512001105**

### **CAPÍTULO 6..... 49**

AS PRÁTICAS ALIMENTARES DOS BEBÊS NA CRECHE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Deise Bruna Massena Leite

**DOI 10.22533/at.ed.3512001106**

### **CAPÍTULO 7..... 58**

A ESCOLA E O PROFESSOR: COMO TRATAR O TEMA DA OBESIDADE INFANTIL?

Priscila de Lima Gomes

Willian Rayner Lima

Léia Adriana da Silva Santiago  
DOI 10.22533/at.ed.3512001107

**CAPÍTULO 8..... 72**

**OS MEANDROS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O LÚDICO COMO PILAR DO APRENDIZADO**

Erika Castro dos Santos  
André de Farias Leite  
Edma Ribeiro Luz  
Morgana Luísla de Sousa Rios da Costa  
Raimundo Silva dos Santos  
Mayara Mirelly Soares da Costa  
Francisco Carlos da Silva Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.3512001108

**CAPÍTULO 9..... 86**

**O LÚDICO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Ana Lucila Macedo de Possidio  
Jucicleide Maria dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.3512001109

**CAPÍTULO 10..... 96**

**QUE DANÇAS CRIAM AS CRIANÇAS?: ARTE E COPORALIDADE NA EDUCAÇÃO DAS INFÂNCIAS**

Andréa Fraga da Silva  
Patrícia Dias Prado

DOI 10.22533/at.ed.35120011010

**CAPÍTULO 11..... 106**

**EDUCAÇÃO VISUAL E INFÂNCIA: UM ESTUDO DE DESENHOS PRODUZIDOS EM OFICINAS DE “FILOSOFIA COM CRIANÇAS”**

Cristiane Fatima Silveira  
Giovana Scareli

DOI 10.22533/at.ed.35120011011

**CAPÍTULO 12..... 117**

**TDHA-TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR**

Sinara Amorim da Silva  
Franciele Carvalho da Silva  
Júnia Moreira de Freitas  
Fernanda Matos de Moura Almeida  
Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra

DOI 10.22533/at.ed.35120011012

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>131</b>
OUVIR, OLHAR E LER ESTÓRIAS: A LITERATURA INFANTIL NA FORMAÇÃO DE LEITORES E LEITORAS	
Andressa Garcias Pinheiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35120011013</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>149</b>
UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO DA ADOLESCÊNCIA FEMININA SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO RELACIONADAS A COMPORTAMENTO E VIOLÊNCIA	
Karla Dayana Araújo da Paixão	
Lisandra Ogg Gomes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35120011014</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>157</b>
IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES FAMILIARES PARA A APRENDIZAGEM DO AUTISTA	
Eliane Ferreira Rocha Alencar	
Kellen Solange Fruhauf Stingham	
Luciene Toffoli de Oliveira	
Rosangela Ludwig Capatto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35120011015</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>166</b>
ASSÉDIO MORAL: REALIDADE E DESAFIOS NO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO MARANHÃO	
Nailton Sousa Saraiva	
José Luis dos Santos Sousa	
Flávio Henrique Mendes	
Francisco Claudio Assunção Lima	
Fernando Machado Ferreira	
Leoilma Morais Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35120011016</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>180</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>181</b>

# CAPÍTULO 1

## EVOLUÇÃO DA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA NO BRASIL E SEU REFLEXO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

*Data de aceite: 01/10/2020*

*Data da submissão: 24/08/2020*

**Ana Claudia Tenor**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP  
Campus de Marília-SP.  
Universidade Católica de São Paulo.  
Pedagogia- UNOPAR.  
<http://lattes.cnpq.br/8236272192033480>

**RESUMO:** O conceito de infância sofreu alterações significativas ao longo da história. O objetivo deste estudo é analisar a evolução da concepção de infância no contexto brasileiro e o seu reflexo nas políticas públicas educacionais. No Brasil a concepção de infância tomou novos rumos a partir do século XX, onde se percebeu as necessidades específicas e peculiares para a sobrevivência da infância e juventude. A partir de então se iniciou as discussões em prol dos direitos das crianças, as quais buscam efetivar ações de assistência e proteção à infância, com a promulgação da legislação e documentos oficiais do MEC voltados aos direitos da criança e acesso à educação. Para atender à legislação brasileira vigente- Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1998); Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996); Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (BRASIL, 2009); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009); Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), foi deflagrado no ano de 2014, um amplo

debate sobre a construção de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), expressando-se nos diversos estados brasileiros posições de especialistas, professores e gestores sobre a natureza e as funções sociais, políticas e educacionais da BNCC. A BNCC (BRASIL, 2018) trata-se de um importante documento e constitui-se na definição do que qualquer estudante em todo o país deve aprender na escola. Percebe-se que com a inclusão da Educação Infantil na BNCC, mais um importante passo é dado nesse processo histórico de sua integração ao conjunto da Educação Básica. Concluiu-se por meio da literatura pesquisada nesse estudo que a concepção de infância de hoje é decorrente de constantes transformações socioculturais, o que implicou em mudanças de valores, significados, representações e papéis das crianças e adolescentes dentro da sociedade o que refletiu também na elaboração da legislação e dos documentos oficiais do MEC.

**PALAVRAS- CHAVE:** Infância. Políticas Públicas Educacionais. Legislação. Educação Infantil.

### EVOLUTION OF CHILDHOOD CONCEPTION IN BRASIL AND ITS REFLECTION ON PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES

**ABSTRACT:** The concept of childhood has undergone significant changes throughout history. The aim of this study is to analyze the evolution of childhood conception the Brazilian context and its impact on educational public policies. In Brazil, the conception of childhood took new directions from the 20th century, where the specific and peculiar needs for the survival

of childhood and youth were realized. Since then, discussions have started on behalf of children's rights, which seek to carry out actions of assistance and protection to children, with the promulgation of legislation and official documents of MEC focused on the rights of the child and access to education. To comply with current Brazilian legislation - Brazilian Federal Constitution (BRASIL, 1998); National Education Guidelines and Bases Law (BRASIL, 1996); General National Curriculum Guidelines for Basic Education (BRASIL, 2009); National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education (BRASIL, 2009); National Education Plan (BRASIL, 2014), in 2014, a wide-ranging debate on the construction of a Common Curriculum National Base (BNCC) broke out, expressing itself in the different Brazilian states, positions of specialists, teachers and managers on nature and the social, political and educational functions of the BNCC. BNCC (BRASIL, 2018) is an important document and constitutes the definition of what any student across the country should learn at school. It is noticed that with the inclusion of Early Childhood Education in the BNCC, another important step is taken in this historical process of its integration with the set of Basic Education. It was concluded through the literature researched in this study that today's conception of childhood is due to constant sociocultural transformations, which implied changes in values, meanings, representations and roles of children and adolescents within society, which also reflected in the elaboration legislation and official MEC documents.

**KEYWORDS:** Childhood. Educational Public Policies. Legislation. Child Education

## 1 | INTRODUÇÃO

O conceito de infância sofreu alterações significativas ao longo da história. Compreender quais foram esses conceitos, analisando a infância do ponto de vista histórico, pode nos revelar muito sobre a sua situação nos dias atuais. Até o século XII, as condições gerais de higiene e saúde eram muito precárias, o que tornava o índice de mortalidade infantil muito alto.

Neste contexto Heywood (2004) considerou que a suposta indiferença em relação à infância nos períodos medieval e moderno resultou em uma postura insensível com relação à criação dos filhos. O autor acrescentou que os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um “pobre animal suspirante”, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade.

Nesse período histórico percebe-se que as crianças que conseguiam atingir certa idade não possuíam identidade própria, só vinda a tê-la quando conseguissem fazer coisas semelhantes àquelas realizadas pelos adultos, com as quais estavam misturadas. Sendo assim, dos adultos que lidavam com as crianças não era exigida nenhuma preparação. Tal atendimento contava com as chamadas criadeiras, amas de leite ou mães mercenárias.

Áries (1981) ressaltou que as pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho e se ela morresse a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. O autor apontou que a relação criança/ infância foi se transformando a partir da difusão de novos pensamentos e condutas da Igreja Católica. No século XVIII a

Igreja Católica passou a acusar quem matasse crianças de praticar bruxarias.

Percebe-se então que foi somente no século XVIII com o surgimento do sentimento de infância, que a concepção de infância se efetivou. A partir daí elas passam, do ponto de vista biológico, a ser tratadas com particularidades, a serem percebidas na sua singularidade por possuírem sentimentos próprios (NIEHUES; COSTA, 2012).

Para Heywood (2004) a descoberta da infância teria de esperar pelos séculos XV, XVI e XVII, quando então se reconheceria que as crianças precisavam de tratamento especial, “uma espécie de quarentena”, antes que pudessem integrar o mundo dos adultos.

Nessas circunstâncias a sociedade passou a criar instituições específicas para as crianças, dentre elas a escola. Inicialmente estes estabelecimentos educacionais foram criados com o intuito de educar e disciplinar moralmente as crianças.

Niehues e Costa (2012) acrescentaram que nas concepções atuais, as crianças são consideradas como ser histórico-social condicionado por vários fatores sejam eles sociais, econômicos, culturais, ou até mesmo político. Nessa perspectiva, a criança é considerada um ser competente, que tem suas necessidades, seu modo de pensar e agir, modos que lhe são próprios.

Como se percebe, a maneira como a infância é vista atualmente é consequência das constantes transformações pelas quais passamos e este percurso histórico, só foi possível porque também se modificaram na sociedade as maneiras de se pensar o que é ser criança e a importância que foi dada ao momento específico da infância.

Este trabalho foi elaborado pela autora e apresentado como atividades interdisciplinares no curso de Pedagogia. O objetivo deste estudo é analisar a evolução da concepção de infância no contexto brasileiro e o seu reflexo nas políticas públicas educacionais.

## **2 | DESENVOLVIMENTO**

### **Aspectos Legais que legitimam o acesso a Educação Infantil**

Depois de muitas discussões a respeito dos avanços referentes à concepção de criança e infância ao longo do tempo, ampliaremos nossos debates para as perspectivas legais que legitimam essa mudança de concepção no cenário educacional brasileiro.

Schultz e Barros (2011) destacaram que o século XX foi o cenário mais importante para a infância brasileira no que se refere aos avanços na legislação. Para os autores o que se pode verificar historicamente a respeito da evolução tanto da concepção de infância quanto de sua legislação pertinente é a ligação direta na construção do desenvolvimento infantil ligado ao modo de se tratar a criança e os espaços que a mesma ocupa em âmbito familiar e social.

Nessa perspectiva Lustig et al. (2014) observaram que os documentos oficiais do MEC estão em sintonia com o aporte teórico atual sobre a nova concepção de criança e

essa construção histórica tem possibilitado a saída da criança do anonimato.

No Brasil, dispomos muitas leis que tratam dos direitos à educação, tais como, a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996).

A Constituição Federal de 1988, promulgada em 05 de outubro deste mesmo ano e atual carta magna da República Federativa do Brasil foi o primeiro grande marco que podemos citar. Em seu Capítulo III, da Educação, Cultura e Desporto, Seção I da Educação, temos os artigos, 205 e 206 que destacam:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

(BRASIL, 1988)

Em seu Artigo 208 (Brasil, 1988), a Constituição cita que “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia [...] de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade (Inciso IV)”. Ao definir, como direito da criança de 0 a 5 anos de idade e dever do Estado, o atendimento em creche e pré-escola, a Constituição criou uma obrigação para o sistema educacional, pela qual teve que se equipar para dar respostas a esta nova responsabilidade.

Outro documento que podemos destacar diz respeito ao ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) com promulgação em 13 de Julho de 1990, consolidando uma grande conquista da sociedade brasileira: um documento de direitos humanos que contempla o que há de mais avançado na normativa internacional em respeito aos direitos da população infanto-juvenil. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) ratificou que “é dever do Estado assegurar [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade” (ECA, artigo 54, inciso IV).

Por conseguinte, no ano de 1996, temos a consagração de outra importante legislação no campo educacional: A Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional - LDB 9.394/96- (Brasil, 1996), que em seu artigo 4º, inciso IV, confirmou, mais uma vez, o atendimento gratuito em creche e pré-escola como dever do Estado.

Ela introduziu uma série de inovações em relação à Educação Básica, dentre as

quais a integração das creches nos sistemas de ensino compoem, junto com as pré-escolas, a primeira etapa da Educação Básica. A educação infantil através da LDB passou a ser oferecida em espaços educacionais com propostas de caráter pedagógico, cabendo à União a coordenação da Política Nacional de Educação e ao município o oferecimento da Educação Infantil em creches e pré-escolas.

Cabe acrescentar que a Lei nº 12.796 de 04 de Abril de 2013 (Brasil, 2013) alterou a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Dessa forma a LDB Nº 9.394/96, passou por alterações significativas, que culminaram na obrigatoriedade da matrícula de crianças de 4 e 5 anos nas instituições de Educação Infantil, mais especificamente na pré-escola.

Em 1998, surgiram as primeiras diretrizes para educação infantil com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Esta publicação foi desenvolvida com o objetivo de servir como um guia de reflexão para os profissionais que atuam diretamente com crianças de 0 a 5 anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira. Ele é fruto de um amplo debate nacional, do qual participaram professores e diversos especialistas que contribuíram com conhecimentos provenientes tanto da vasta e longa experiência prática de alguns, como da reflexão acadêmica, científica ou administrativa de outros. Objetivou ser uma proposta aberta, flexível e não obrigatória, que visa à estruturação de propostas educacionais adequadas à especificidade de cada região do país.

É importante ressaltar que o grande papel da educação é proporcionar às crianças a capacidade de se tornarem cidadãos críticos e atuantes dentro da sociedade a que pertencem, tendo acesso a esses benefícios que a escolarização proporciona de forma igualitária e humana. Cabe ao Estado garantir e efetivar esses direitos e a nós, colocá-los também em prática. Sendo assim, é importante destacar aqui o novo Plano Nacional sobre a Educação Infantil, que traz muitos avanços para essa etapa da Educação Básica, trazendo como proposta, 20 metas para a educação.

Cabe enfatizar que o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) tem como primeira meta “Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE”.

Para atender à legislação brasileira vigente- Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1998); Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996); Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (BRASIL, 2009); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009); Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), foi deflagrado no ano de 2014, um amplo debate sobre a construção de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), expressando-se nos diversos

estados brasileiros posições de especialistas, professores e gestores sobre a natureza e as funções sociais, políticas e educacionais da BNCC.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN).

Como se percebe a BNCC (BRASIL, 2018) trata-se de um importante documento e constitui-se na definição do que qualquer estudante em todo o país deve aprender na escola. Percebe-se que com a inclusão da Educação Infantil na BNCC, mais um importante passo é dado nesse processo histórico de sua integração ao conjunto da Educação Básica.

### **3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio dos estudos aqui analisados sobre a infância, percebe-se que por muitos anos esta sempre foi alvo de abandono, miséria, sem seus direitos garantidos, tendo que enfrentar diversos desafios para sua sobrevivência, vivendo da própria sorte.

No Brasil a concepção de infância tomou novos rumos a partir do século XX, onde se percebeu as necessidades específicas e peculiares para a sobrevivência da infância e juventude. A partir de então se deu início às discussões em prol dos direitos das crianças, as quais buscam efetivar ações de assistência e proteção à infância, com a promulgação da legislação e documentos oficiais do MEC voltados aos direitos da criança e acesso à educação.

Percebe-se que a nova concepção de criança está em consonância com os documentos oficiais da educação e dessa forma a criança tem sido inserida em um contexto social mais amplo, que a reconhece como um ser ativo, que tem opinião própria, que manifesta seus interesses, curiosidades e desejos, demonstra autonomia em suas escolhas e quer ser ouvida e consultada sobre as situações que lhe são peculiares.

Concluiu-se por meio da literatura pesquisada nesse estudo que a concepção de infância de hoje é decorrente de constantes transformações socioculturais, o que implicou em mudanças de valores, significados, representações e papéis das crianças e adolescentes dentro da sociedade o que refletiu também na elaboração da legislação e dos documentos oficiais do MEC.

## REFERÊNCIAS

ÁRIES, P. **História social da criança e da família**. 2 ed. Tradução: Dora Flaksman, Rio de Janeiro: Afiliada, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) Acesso em: 29 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm). Acesso em 28 ago. 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.9.394 de 1996**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/civil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/civil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 29 ago.2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Vol. 1. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Disponível em: [http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005\\_2009.pdf](http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf) Acesso em 28 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. **Parecer CEB 020/2009**. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. **Lei nº 12796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/L12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/L12796.htm) Acesso em 28. ago. 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014- 2024**. 2014. Disponível em: <http://www.observatiodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf> Acesso em: 29 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **A Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em 28. ago. 2018

HEYWOOD, C. **Uma história da infância**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LUSTIG, A.L. et al. Criança e infância: contexto histórico social. In: ANAIS ... IV Seminário de Grupos de Pesquisa sobre crianças e Infâncias (GRUPECI), Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <http://www.grupeci.fe.ufg.br/up/693/o/TR18.1.pdf> Acesso em: 28. ago. 2018.

NIEHUES, M.R.; COSTA, M. de O. Concepções de infância ao longo da história. Rev. Técnico Científica (IFSC), v. 3, n. 1 (2012). P. 284-289. Disponível em: <http://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/rtc/article/download/420/342>. Acesso em: 28 ago. 2018.

SCHULTZ, E.S.; BARROS, S.M. A concepção de infância ao longo da história no Brasil. **Revista de Ciências Jurídicas**, Ponta Grossa, v. 3, n. 3, p. 137-147, 2011.

SPRINGER, J.; BENVENUTTI, D.C. **A evolução do conceito de criança e infância e do atendimento em creches e pré- escolas.** Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/pos-graduacao/trabalhos-de-conclusao-de-bolsistas/trabalhos-de-conclusao-2018/ciencias-humanas/especializacao-4/471-a-evolucao-do-conceito-de-crianca-e-infancia-e-do-atendimento-em-creches-e-pre-escolas/file> Acesso em 28. ago. 2018.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Alimentação 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 68, 69, 70, 71

Aprendizagem 11, 12, 6, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 31, 33, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 50, 52, 54, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 115, 117, 121, 122, 125, 126, 128, 130, 132, 157, 163, 164, 165, 176, 177

Arte 9, 11, 4, 39, 43, 60, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 115, 116, 132, 135, 138, 146

Assédio Moral 9, 12, 166, 167, 168, 169, 171, 174, 175, 176, 178, 179

Atividade lúdica 92, 93

### B

Bebês 9, 10, 2, 24, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55

### C

Caminhos 9, 10, 11, 21, 22, 24, 26, 33, 70, 100, 103, 108, 133, 145

Contexto escolar 9, 11, 84, 117, 129

Corporalidade 9, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 105

Creche 9, 10, 4, 22, 23, 24, 25, 26, 49, 50, 51, 54, 56, 131, 133, 141, 142, 143

Crianças Hospitalizadas 10, 40, 42, 43, 44, 45

Cuidado 10, 16, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 65, 76, 87, 88, 93, 138, 146

### D

Danças 9, 11, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105

Descaminhos 9, 10, 22, 24, 26

Desenhos 9, 11, 15, 29, 62, 102, 106, 109, 110, 114, 115, 140, 141

Desenvolvimento 3, 4, 6, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 26, 29, 30, 32, 34, 38, 39, 42, 43, 44, 46, 49, 51, 53, 58, 65, 66, 67, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 115, 117, 119, 121, 122, 126, 128, 141, 143, 144, 149, 151, 153, 154, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 180

Docência 11, 13, 18, 19, 20, 21, 34, 36, 131, 133, 168

### E

Educação Física 9, 11, 17, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 151

Educação Infantil 2, 9, 10, 11, 12, 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 14, 18, 20, 22, 23, 24, 27, 28, 30, 34, 35, 36, 37, 38, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 63, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 99, 105, 116, 117, 120, 131, 132, 133, 140,

141, 144, 145, 146, 147, 157, 166, 168, 169, 171

Educação visual 9, 11, 106

Escola 9, 10, 1, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 22, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 41, 43, 45, 48, 49, 51, 52, 55, 58, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 74, 76, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 85, 90, 92, 93, 94, 96, 97, 101, 106, 108, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 136, 137, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 162, 169, 170, 175, 179

Escolha profissional 9, 11

## I

Infância 9, 10, 11, 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 17, 19, 22, 23, 27, 49, 52, 54, 56, 60, 62, 64, 71, 74, 76, 80, 86, 87, 88, 91, 96, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 118, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 146, 151, 152, 154, 156

## L

Legislação 1, 3, 4, 5, 6

Leitura 9, 10, 13, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 43, 44, 45, 46, 48, 107, 108, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 168, 169

Literatura 9, 12, 1, 6, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 72, 74, 75, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 158, 159, 169, 171, 176

Literatura infantil 10, 31, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 138, 139, 140

Lúdico 9, 11, 9, 12, 17, 45, 69, 72, 78, 79, 81, 85, 86, 87, 91, 92, 93, 94, 132

## O

Obesidade infantil 9, 10, 58, 64, 65, 66, 70, 71

## P

Pedagogia Hospitalar 40, 41, 42, 48

Políticas Públicas Educacionais 9, 10, 1, 3

Prática educativa 9, 18, 20, 30, 33, 134

Práticas alimentares 9, 10, 49, 50, 51, 55

Preconceito 58, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71

Professor 9, 10, 15, 16, 17, 19, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 42, 43, 44, 53, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 87, 88, 90, 91, 93, 105, 108, 117, 120, 121, 122, 124, 128, 147, 148, 157, 163, 175, 179

## T

Trabalho Docente 12, 166

## V

Vivências da infância 9

# Educação Infantil: Comprometimento com a Formação Global da Criança

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# Educação Infantil:

## Comprometimento com a Formação Global da Criança

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 